



NHAMATANDA, 26 a 27 de Agosto de 2014

SEMINARIO PARA LEGAIS

Abrindo corredores para diálogo

Desenvolvimento Económico Sustentável

Transparência, Legitimidade e prestação de contas (LTA)

ADEL e seu principal parceiro VE estão empenhados em contribuir para um ambiente de diálogo cada vez mais aberto objectivo e produtivo entre as comunidades rurais e os utilizadores dos seus recursos naturais.

Este seminário serviu para com os presentes aprofundar as legislações básicas, e como as mesmas devem ser tratadas pelos advogados comunitários, ou seja os para legais.

Esta é uma abordagem do MASC (Mecanismos de Apoio a Sociedade Civil) e o parceiro local é o IPJ.

Nesta fase ADEL Sofala e seus principais parceiros partilharam os princípios básicos sobre o LTA e elaborado um plano de acção.



Sala de aulas sem carteiras em comunidades exportadoras de touros de madeira.

Porque PARA LEGAIS?

Uma das formas de pressionar a favor das comunidades que ADEL e VE acreditam ser saudável, é a elaboração de cartas para os perpetuam ofensões as comunidade questionando-os sobre a sua indiferença as necessidades da comunidade.

Sendo uma firma de advocacia a melhor candidata para prepara, elaborar e enviar as cartas a favor do ofendido.

O plano de acções:

Os para legais a serem formados vão se encarregar de todo o processo até o envio das cartas, referentes aos problemas das comunidades que forem identificados. Para além das cartas um trabalho de pesquisa sobre as legislações que estão sendo violadas. E a solicitação formal ao transgressor para apresentar as razões para o não cumprimento do plasmado na lei entre outras irregularidades e inquietações dos ofendidos. Por exemplo se uma comunidade foi prometida uma pequena indústria para processamento de madeira e não cumpriu, a carta serve para questionar porque que a indústria não foi construída.

O papel da ADEL Sofala e parceiros neste processo todo, é garantir o envolvimento do IPJ e uso das metodologias do MASC em todo o trabalho de lobing e advocacia.

Um plano mais detalhado será elaborado por cada comunidade, cobrindo os períodos de 2015 a 2016. Os para legais serem ensaiados nas comunidades pilotos conforme os participantes no seminário:

- **Gorongosa (CLED Gorongosa)**
- **Ceramica (CLED Ceramica)**
- **Nhangau (CLED Nhangau)**
- **Milha 8 (AFLOMO)**



TRANSPARENCIA?

Sendo o objetivo final desta Acção de *lobie* e advocacia os emponderamento das comunidades, os alvos representam uma lista que vai desde os próprios singulares membros da comunidade, líderes comunitários, OCBs até aos grandes exportadores de recursos naturais.

O processo de abertura de corredores de diálogo vai premir conhecer as causas por detrás dos vários insucessos na gestão sustentável dos recursos o que vai permitir o entendimento das soluções e respostas adequadas as dificuldades e problemas nos grupos com os quais ADEL e os voluntários comunitários vão trabalhar o LTA.



Transparência e Legitimidade

É conversando que se chega a um acordo, para além dos outros fóruns e canais, a usar nas suas acções de lobie e advocacia, juntam-se agora os para legais, advogados comunitários. Para estes trata-se de uma oportunidade ímpar para exercer a sua tarefa de advogados, numa primeira fase na abordagem de responsabilidade social, e dependendo dos casos que estes forem a resolver, temos aqui uma potencial oportunidade de emprego para os nossos jovens activistas.

Atividades previstas por parte da ADEL Sofala

Realização de estudos, vídeos, relatórios e informação básica sobre a gestão dos recursos naturais e os benefícios das comunidades (lei do ambiente, florestas etc)

Preparação da agenda e anúncio dos encontros de planificação e coordenação.

Logística das missões de missões ao campo

Capacitações na laboração e entrega de cartas de pedido de esclarecimento

Apresentação de relatórios das constatações das comunidades

Pelos Advogados comunitários (Para Legais):**Atividades**

Revisão do material fornecido e definição de uma estratégia de intervenção

Elaboração de programas de missões de campo, execução do programa e apresentação de relatório

Apresentação das cartas de esclarecimentos, incluindo as respostas dos destinatários e um parecer jurídico, baseado na decisão das comunicações entre os envolvidos.

Resultados esperados:

1. Documentada a estratégia de intervenção dos para legais, e partilhada com outros atores do sector que se julgar oportuno.
2. Visita a um mínimo de 5 comunidade ou distritos, e relatórios descritivos das constatações.
3. Capacitadas 5 associações comunitárias OBC em LTA
 - a. Legitimidade,
 - b. Transparência e
 - c. Prestação de contas

